

AMÉRICA LATINA - SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Maria Goretti da Costa Tavares*

A publicação do livro organizado por colegas docentes do Departamento de Geografia da USP vem ampliar o debate sobre a temática da América Latina, especificamente no que se refere à sociedade e ao meio ambiente. O livro é resultante de trabalhos apresentados no X EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina, ocorrido em março de 2005, na Universidade de São Paulo, na cidade de São Paulo, sendo este o terceiro livro decorrente do X EGAL, sendo este com o objetivo de estabelecer um diálogo entre “Sociedade e Meio Ambiente na América Latina”.

O livro encontra-se dividido em 15 artigos, distribuídos por três partes. Inicia-se com o artigo do prof. Aziz Ab´Saber, intitulado “*Os domínios morfoclimáticos na América do Sul – primeira aproximação*”, que trata das paisagens naturais da América do Sul publicado, originalmente, na Coleção Geomorfologia, número 52, do então Instituto de Geografia da USP.

A parte I, intitulada *Fragilidade Ambiental e Ordenamento Territorial*, estão cinco artigos. No primeiro artigo, intitulado “*O Aquecimento Global em Discussão*”, do prof. José Bueno Conti, da USP, o autor trata das seguintes temáticas: das mudanças climáticas na escala geológica, das mudanças na escala histórica, do controle dos gases do efeito estufa e o protocolo de Quioto, dos relatórios do painel intergovernamental sobre as mudanças climáticas, do papel do homem e o da natureza nas alterações climáticas do globo em escala

planetária e do aquecimento global e o trópico. O autor conclui que “a questão das mudanças climáticas precisa portanto, passar por uma apreciação mais refinada a fim de que se possa determinar com maior consistência, o papel da natureza e o da sociedade nessa dinâmica, mesmo porque as duas esferas podem atuar de forma solidária e intercambiar influência” (p. 48-49).

O segundo artigo, intitulado “*El papel de la Geografía en la Ordenación del Territorio en América Latina*”, de Eduardo Salinas Chávez, professor da Faculdade de Geografia da Universidad de La Habana, Cuba, apresenta o Ordenamento territorial como uma das estratégias para o desenvolvimento humano sustentável e o uso e ocupação ótima do território. Este tema é desenvolvido a partir da discussão dos seguintes sub-temas: O Ordenamento do território e seu papel no Desenvolvimento da sociedade, em que apresenta o conceito de Según Orea (2002), em que “ordenar um território significa identificar, distribuir, organizar e regular os assentamentos humanos dos territórios de acordo com certos critérios e propriedades” (p. 52); e por fim, Geografia e Ordenamento do território; Fortalezas, oportunidades, debilidades e ameaças da Geografia e os geógrafos para enfrentar as tarefas de ordenação do território na América Latina.

O terceiro artigo, intitulado “*Da ecodinâmica à fragilidade ambiental: Subsídios ao planejamento e gestão ambiental*”, do professor

Jurandyr Luciano Sanches Ross do Departamento de Geografia da USP – Universidade de São Paulo, e das geógrafas Marisa de Souto Matos Fierz e Rosângela do Amaral, trata da abordagem da geomorfologia dinâmica, em que “o relevo deixou de ser tratado como uma variável estática, fixa, imutável, para se transformar por meio de suas variadas formas, tamanhos, materiais e processos em importante instrumento de interesse social à medida que tem sua importância utilitária garantida nos trabalhos aplicados sobre impactos ambientais, planejamento e gestão ambiental” (p.68). Os autores fundamentam-se no conceito de “Ecodinâmica”, de Tricart (1977) que defende a idéia de que “o homem participa dos ecossistemas em que vive” (p.68) e que estabeleceu uma classificação dinâmica para as unidades de paisagens identificadas, denominadas de Unidades Ecodinâmicas ou Unidades Morfodinâmicas (p.69). Na segunda parte do artigo, os autores analisam os Procedimentos Operacionais para análise empírica da fragilidade ambiental e por fim, os autores apresentam uma síntese de um estudo realizado no Pontal do Paranapanema, região oeste do Estado de São Paulo.

O quarto artigo, intitulado “*Proteção de florestas e outros conjuntos vegetacionais, criação e implantação de espaços naturais protegidos no Brasil*” da professora Sueli Angelo Furlan do Departamento de Geografia da USP, do arquiteto Joaquim de Brito Costa Neto e da Engenheira-agrônoma Sílvia Barguil, os autores apontam que “as políticas de conservação de florestas tropicais têm apontado na direção da implantação dos parques e no incremento da atividade de turismo”(p.86) e que o processo participativo das populações dessas áreas encontra limites legais para cada categoria de área protegida, “limitações estas que muitas vezes tornam insolúveis determinados conflitos de uso do território”(p.87). Nesse sentido o artigo tem por objetivo “discutir as principais definições, conceitos, legislação ambiental e dispositivos legais associados que determinam o desenho e a articulação territorial das diversas

categorias de espaços naturais protegidos que abrangem importantes remanescentes das florestas tropicais no país” (p. 87).

O quinto artigo da primeira parte do livro intitula-se “*El crecimiento espacial de las ciudades intermedias chilenas de Chillán y Los Angeles y sus impactos sobre la ecología de paisajes urbanos*”, dos professores do Departamento de Geografia da Universidade do Chile, Hugo Romero e Alexis Vásquez, que apontam a importância da Ecologia das paisagens urbanas, como uma disciplina que pode contribuir para avaliar os efeitos do crescimento das cidades sobre os serviços e bens ambientais que afetam a sustentabilidade de seu desenvolvimento. O artigo analisa os diferentes enfoques da ecologia urbana: o enfoque das cidades que considera as estruturas ecológicas e as funções dos habitats dos organismos que existem dentro dos limites urbanizados, o enfoque da ecologia das cidades (Grimm et al, 2000), e o enfoque da ecologia urbana na planificação urbana (McHarg, 1992, 2000). Os autores apontam ainda a necessidade de desenvolver um marco de referência integrado para os estudos ecológicos urbanos (p.117-120) e a relação entre ecologia das paisagens urbanas e a qualidade ambiental das cidades, que “pode ser reconhecida de acordo com o estado dos parques e corredores vegetais que se distribuem no interior e ao redor das cidades” (p.120). Em seguida os autores propõem uma metodologia (p.122-125) baseada na identificação de áreas de expansão urbana, na determinação de parques florestais urbanos e nos atributos espaciais descritivos da paisagem. Por fim, os autores apresentam os referidos resultados a partir da metodologia proposta para as cidades de Chillán e de Los Angeles.

A parte II, intitulada *Vulnerabilidade Social e os Riscos Naturais*, são apresentados quatro artigos. O primeiro artigo, intitulado “*un acercamiento alterna de la vulnerabilidad social*”, da pesquisadora Carmem Sara Nápoles Santos, do Instituto de Geografía Tropical de Cuba, apresenta o conceito de vulnerabilidade de Wilches-Chaux (1993) como sendo “a

incapacidade de uma comunidade para absorver, mediante o auto ajuste, os efeitos de uma determinada troca em seu meio ambiente, sua inflexibilidade e incapacidade para adaptar-se a esta troca. (p.140). Em seguida a autora aponta os caminhos para abordar a vulnerabilidade no contexto regional latinoamericano, destacando a vulnerabilidade social, vulnerabilidade ecológica, a vulnerabilidade ideológica e política. Por fim, a autora apresenta e avalia o projeto cubano em que destaca que “os principais problemas ambientais tem se acentuado por uma falta de consciência e educação ambiental em porcentagem considerável da população” (p.150).

O segundo artigo, intitulado “*Evitar tragédias, corrigir problemas?*” da professora Arlete Moysés Rodrigues do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, inicia fazendo uma avaliação crítica do conceito de desenvolvimento sustentável, ressaltando que conceitos como de “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “gestão ambiental”, entre outros, tornaram-se senso-comum sem que se saiba o seu significado (p. 158). Entende a autora “que a institucionalização do termo desenvolvimento sustentável está ligado à hegemonia da economia neoclássica também predominante no Banco Mundial” (p.159), afirmando que o deslocamento discursivo do conceito constitui-se em uma forma de ocultar o espaço e as relações sociais. Em seguida, a autora discorre sobre a temática de manejo integrado, que surge no contexto da disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, destacando que sua metodologia implica em ação governamental. A autora apresenta em seguida uma discussão sobre o conceito de Riscos e Vulnerabilidade social. Sobre Riscos a autora afirma que “a identificação, avaliação e gestão de risco são consideradas importantes para a ação política, como salienta por exemplo Zimmerman, 1986” (p.162). Sobre o conceito de vulnerabilidade social a autora enfatiza que “se refere à ausência de condições de vida dignas

na esfera da produção, da reprodução e de representação política” (p.164), destacando que a agenda Habitat II, realizada em Istambul em 1996, afirma “que a vulnerabilidade está relacionada à marginalização, a exclusão das atividades econômicas e dos processos decisórios bem como do acesso equitativo de oportunidades” (p.164) e que a compressão de vulnerabilidade social passa pela compressão da produção do espaço, o espaço produto e condição, assim como, pelas análises das atribuições que se colocam nas esferas locais.

O terceiro artigo “*Gestión de Los desastres en Argentina: Instituciones Nacionales involucradas en la problemática de las inundaciones*”, das pesquisadoras Claudia Natenzon e Jesica M. Viand, do Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires, Argentina, discute o caso argentino no que se refere à gestão dos problemas de riscos por inundações. O artigo inicialmente discute os conceitos centrais da análise, vulnerabilidade social e catástrofes e em seguida, a gestão do risco em instituições nacionais argentinas, concluindo que a gestão das instituições, típica da cultura nacional não é adequada para considerar processos de larga duração. Nesse sentido, as instituições e suas políticas não são sustentáveis no tempo, pelo contrário, elas aumentam a vulnerabilidade social, geram mais incertezas e amplificam as seqüelas das catástrofes (p. 183).

O quarto artigo, intitulado “*La Gestión Ambiental en áreas de alto riesgo, Caso Estado Vargas, Venezuela*” de Beatriz Olivo Chacin, apresenta um estudo de caso na Venezuela, a partir da análise dos fatores determinantes da organização do espaço no Estado Vargas (p.188-194); da apresentação de um diagnóstico para a atuação; da apresentação de um plano de ordenamento e regulamento do uso da área de proteção e recuperação ambiental e finalmente da atuação da Autoridade Única de Área para El Estado Vargas (AUAEV).

Na terceira parte do livro, intitulada *SIGs e Atlas para a América Latina*, são apresentados cinco artigos. O primeiro artigo, intitulado "*O Atlas Geográfico da América Latina: Um Atlas Supranacional*", do professor Marcello Martnelli do Departamento de Geografia da USP, que na primeira parte do artigo discorre sobre a história dos atlas, enfatiza que um interesse maior pelos Atlas nacionais emerge após a Primeira Guerra Mundial (p.212) e dos Atlas regionais após a década de 30 do século XX. O autor destaca que a última década do século XX foi marcada por avanços tecnológicos e pela informatização da sociedade, sendo que os Atlas eletrônicos de âmbito nacional e Regional estão substituindo as tradicionais edições em versão impressa e encardnada (p.214). A segunda parte do artigo trata dos Atlas Supranacionais, propondo a elaboração de um mapa supranacional da América Latina, através da estipulação de uma coordenação que deve dispor sobre o estabelecimento das orientações acerca dos seguintes itens: objetivo, plano temático, documentação, escala e formato, projeção, rede de coordenadas, mapa-base, os textos e os idiomas e a escolha dos métodos de representação. Por fim, o autor ressalta "que um Atlas para a América Latina viria consolidar a identidade do conjunto das nações de língua portuguesa e espanhola da América, revelando o caleidoscópio que caracteriza o agregado de seus povos em seus territórios" (p.224). O segundo artigo intitulado "*Mapas Virtuais?*", do professor Alfredo Pereira de Queiroz Filho, do Departamento de Geografia da USP, visa refletir sobre a expressão "mapas virtuais", a partir de duas questões centrais: o termo virtual é apropriado aos mapas? Em que medida o uso desse adjetivo é relevante para as discussões teóricas da cartografia? Na primeira parte do artigo enfatiza que o virtual "pode ser considerado como um tipo de representação numérica de fenômenos. No caso dos sistemas cartográficos virtuais, as representações numéricas do relevo, da hidrografia, da rede viária e dos limites municipais não se desterritorializam e tampouco perdem suas identidades" (p.233). Na segunda parte do

artigo, sobre "O Virtual na Cartografia", o autor afirma que a proposta de mapa virtual foi formulada por H. Moellering, no ano de 1976 (p.235), e que as duas principais características que diferenciam os mapas reais dos virtuais são: visibilidade e tangibilidade. Por fim, o autor apresenta duas conclusões: a primeira conclusão é que o termo virtual é adequado para a caracterização de um mapa, uma vez que, embora seja inadequado do ponto de vista da Filosofia, a utilização do senso comum colabora para uma aproximação ao sentido desejado, um tipo de cartografia desejado, uma forma de codificação seletiva das entidades da superfície terrestre (p. 238); e a segunda conclusão é que "a expressão mapa virtual pode ser utilizada cotidianamente, pois seu significado mais difundido remete às características dos mapas manipulados no meio computacional" (p.240), ressaltando por fim que atualmente o que é mais relevante na cartografia é a discussão da re- interpretação do papel da comunicação cartográfica neste contexto tecnológico.

O terceiro artigo, intitulado "*Algumas Considerações sobre as Aplicações dos produtos do Sensoriamento Remoto em Geografia*", do professor Ailton Luchiari, do Departamento de Geografia da USP, enfatiza a importância desta técnica para o conhecimento geográfico no que se refere às atividades do homem sobre a superfície terrestre, aos mapeamentos geomorfológicos, estudos hidrográficos, levantamento da cobertura vegetal natural, estudos climáticos e estudos regionais (p. 243). Em seguida, destaca o uso de diversos produtos do sensoriamento remoto como fonte de dados: interpretação de imagens orbitais de 1:500.000 (primeiro nível), as fotografias aéreas ou imagens em escala pequena, aproximadamente 1:80.000 (segundo nível), as fotografias aéreas ou imagens que possuam escala variando entre 1:80.000 e 1:20.000 (terceiro nível) e dados coletados em campo ou em fotografias e imagens com escala maior que 1:20.000 aproximadamente (quarto nível) (p.251). O autor ressalta, também, o avanço do sensoriamento remoto orbital a partir do final do século XX, com a emergência de sistemas que fornecem

imagens com alta resolução espacial (p. 253). Por fim, o autor enfatiza que apesar da importância do avanço tecnológico no sensoriamento remoto, o trabalho e a coleta de dados em campo deve ser valorizado como um procedimento fundamental das etapas de mapeamento de uso e revestimento da terra (p. 257).

O quarto artigo desta parte, é intitulado *“Aplicación de un sistema de Información Geográfica para la Conservación de Hábitats Costeros”*, da profesora Virginia Fernández Ramos da Faculdade de Ciências, da Universidade da República do Uruguai. Na primeira parte do artigo, a autora aborda os sistemas de informação geográfica aplicados aos estudos costeiros e marinhos a partir da contribuição de Vallenga (2003). Na segunda parte do artigo, a autora analisa um estudo de caso sobre a costa Uruguia. Em seguida, a autora apresenta os projetos e programas que pretendem melhorar a gestão costeira no Uruguai. Na parte final do artigo, a autora trata da informação e da estratégia de investigação utilizada para identificação de habitats costeiros

a preservar. O último artigo, intitulado *“Metodologia para vetorização topológica e análise espacial das zonas de uso permitido. Propostas na nova lei de zoneamento do Município de São Paulo”*, do professor Reinaldo Pul Pérez Machado, do Departamento de Geografia da USP, tem por objetivo apresentar uma metodologia que permita converter os elementos gráficos presentes na lei de zoneamento e tratá-los como polígonos topologicamente fechados, georeferenciados, e com seus atributos associados a um banco de dados relacionais, o que propicia seu tratamento temático e análise espacial num ambiente de geoprocessamento controlado (p.276-277).

Diante do exposto, é possível concluir que o livro privilegia questões de relevante importância e que amplia a discussão sobre a América Latina e a ciência geográfica. Trata-se de um livro, portanto, de interesse para os estudantes e profissionais da geografia, arquitetura, urbanismo, planejamento urbano, enfim para as disciplinas que se debruçam sobre questões espaciais, especialmente as questões ambientais.

Trabalho enviado e aceito em agosto de 2008

